

RESPONSABILIDADE CIVIL E ÉTICA NA FORMAÇÃO ACADÊMICA DO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Francisca Samara Avelino Carneiro(1); Maria Andriele Gadelha de Oliveira(1); Pamela Karina de Melo Gois(4)

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA. samarinhacarneiro7@gmail.com

INTRODUÇÃO

A educação física sempre foi rodeada por paradigmas na qual a intitulavam de tecnicista, onde priorizavam a técnica, eficácia e a produtividade, mas com o passar do tempo percebe-se que não só ter o domínio da técnica é importante, mas o lado psicológico também precisa ser trabalhado, com isso, à proximidade do professor com o aluno é de extrema importância, pois o professor lida com o processo de ensino e aprendizagem tanto no que se refere ao lado cognitivo, como também na aprendizagem motora desse indivíduo. Em vista disso, surge a necessidade de estruturar uma legislação educacional no qual se diligencie os aspectos legais concomitante com a responsabilidade civil e ética do profissional de educação física, visando assegurar a integridade tanto do professor como também do aluno, pois o docente lida com os bens maiores do indivíduo, quais sejam, a vida, a liberdade, direito ao próprio corpo, a imagem, a honra, a integridade física, psíquica e moral, entre outros.

Diante das características práticas da própria disciplina, o professor de Educação física deve dedicar-se a utilizar métodos sensatos e cuidadosos em suas práticas pedagógicas, pois o risco de lesão e acidentes é fator importante a ser considerado no processo de ensino-aprendizagem e representa a possibilidade de ocorrência de responsabilidade civil. Assim, tal possibilidade deve estar sempre na mente do profissional já que, segundo Bistene (2009), a explicação maior da responsabilidade fundamenta-se na culpa, o que argumenta que o profissional deve agir com atenção, pois os atos lesivos culposos são causados por condutas antijurídicas, negligência ou imprudência por parte do agente.

Para os Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN, a Educação Física, na aprendizagem, apresenta alguns riscos:

A aprendizagem em Educação Física envolve alguns riscos do ponto de vista físico inerentes ao próprio ato de se movimentar, como, por exemplo, nas situações em que o equilíbrio corporal é solicitado, a possibilidade de desequilíbrio estará inevitavelmente presente. Dessa forma, mesmo considerando que escorregões, pequenas trombadas, quedas, impacto de bolas e cordas não possam ser evitados por completo, cabe ao professor a tarefa de organizar as situações de ensino e aprendizagem de forma a minimizar esses pequenos incidentes. (BRASIL, 1998, p. 54)

Assim, é de responsabilidade do professor tudo que acontece com os alunos durante sua aula, cabe a este, saber suas condutas pedagógicas a fim de evitar futuros acidentes mesmo que sejam pequenos, ou decorrentes das práticas que fazem parte da grade curricular da disciplina. Do mesmo modo, cabe aos professores de Educação Física conhecer seus direitos, deveres e responsabilidades jurídicas, já que é inaceitável como alegação jurídica de defesa, o não conhecimento da lei, conforme preleciona o artigo 3º da Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro- LINDB: “ninguém se escusa de cumprir a lei, alegando que não a conhece”. (BRASIL, 1942).

Entretanto, conforme evidenciado por Melo e Freire (2009), muitos profissionais não sabem quando e nem porque há reparação de eventuais danos causados aos alunos durante o exercício do magistério, e qual a razão da instituição dessa reparação no ordenamento jurídico brasileiro. Como consequência, também é possível que esses professores não compreendam a gravidade dos acidentes que possam vir a ocorrer nas aulas e, se assim for, podem ser descuidados, comprometendo a segurança dos alunos e o status da profissão.

Quanto ao conceito de ética, Santin apud Darido e Rangel (2014, p. 88) afirma que “a ética diz respeito, especificamente, ao modo de ser do homem, pois ela se constrói a partir de um sistema de significações que sustém a ordem social baseada na magia, nos mitos e na religião”. Esta permeia todas as ações humanas, inclusive a profissional, sendo assim, a prática pedagógica do professor deve estar pautada em valores éticos, princípios e diretrizes que regem a profissão, conforme estabelece o art. 4º do Código de Ética:

I- o respeito à vida, à dignidade, à integridade e aos direitos do indivíduo; II- a responsabilidade social; III- a ausência de discriminação ou preconceito de qualquer natureza; IV- o respeito à ética nas diversas atividades profissionais; V- a valorização da identidade profissional no campo da atividade física; VI- a sustentabilidade do meio ambiente; VII- a prestação, sempre, do melhor serviço, a um número cada vez maior de pessoas, com competência, responsabilidade e honestidade; VIII- a atuação dentro das especificidades do seu campo e área do conhecimento, no sentido da educação e desenvolvimento das potencialidades humanas, daqueles aos quais presta serviço (CÓDIGO DE ÉTICA, 2013).

Diante destes conceitos concernentes à Responsabilidade Civil e Ética e da importância destas na prática docente, percebe-se a relevância para que tais temas sejam tratados durante a formação inicial do educador, que ocorre no Ensino Superior. Segundo Neira, “espera-se a aquisição da qualificação profissional mínima e a certificação, habilitando-se legal e tecnicamente para o exercício da profissão” (2009, p. 189). Desse modo, os conhecimentos necessários para sua prática profissional devem ser oferecidos durante sua formação docente.

Assim, entendendo que tais conhecimentos na área de Educação Física são fundamentais para que o exercício da profissão seja realizado de forma segura e ética, este trabalho teve como objeto analisar o Projeto Pedagógico de Curso (PPC) das Licenciaturas presenciais em Educação Física das Instituições de Ensino Superior da Paraíba quanto à Responsabilidade Civil e Ética dos professores desta disciplina.

METODOLOGIA

Para fazer a análise do tema do respectivo trabalho foi feita inicialmente por uma pesquisa bibliográfica, na qual consistiu em reunir informações e dados a respeito da temática proposta, na qual serviu de base inicial para construção desse trabalho, para este aprofundamento foram realizadas pesquisas em livros, revistas e artigos científicos. De acordo com GIL (2008, p.50) uma pesquisa feita por revisão Bibliográfica é um estudo feito com minúcia a partir de um material já elaborado, constituído fundamentalmente por livros e artigos científico, sobre um determinado assunto ou determinado tema. Busca-se em autores e pesquisas, que tratam do mesmo tema ou de temas parecidos ao estudado, e assim, desenvolver a pesquisa.

A etapa posterior consistiu em uma pesquisa documental, onde de acordo com Lakatos e Marconi (2003, p.174) “A característica da pesquisa documental é que a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias. Estas podem ser feitas no momento em que o fato ou fenômeno ocorre, ou depois”. E, do tipo exploratória, que de acordo com Gil (2008, p.27), são pesquisas desenvolvidas com o intuito de propiciar uma visão global de tipo aproximativo, a respeito de determinado fato. Este tipo de pesquisa é realizado especialmente quando o tema escolhido é pouco explorado e torna-se difícil sobre ele formular hipóteses precisas e operacionalizáveis.

A pesquisa foi realizada através da análise dos Projeto Pedagógico de Curso (PPC) das Licenciaturas presenciais em Educação Física das Instituições de Ensino Superior (IES) da Paraíba. Ao todo, o Estado possui 5 IES, sendo 2 particulares e 3 públicas (2 federais e 1 estadual).

Como o PPC é um documento oficial da Universidade, e serve como orientação para formação dos programas das disciplinas e seleção de conteúdo por parte dos professores, ele foi a base de dados deste trabalho. Inicialmente, buscou-se nos sites das Universidades. Diante da ausência deste documento na internet, procurou-se as coordenações dos cursos para saber de sua disponibilidade.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Das 5 Instituições de Ensino Superior que possuem licenciaturas presenciais em Educação Física no estado da Paraíba, apenas 3 Instituições disponibilizavam o PPC na internet. Quanto aos PPCs indisponíveis, um coordenador permitiu a análise dentro do estabelecimento de ensino e outro se recusou a ceder o documento por motivos institucionais. Assim, a pesquisa foi feita utilizando as informações de 4 Instituições de Ensino Superior.

Analisando os PPCs quando à abordagem de conceitos sobre responsabilidade civil, percebeu-se que nenhum dos documentos investigados apresentava tal conteúdo. Quanto à concepção de ética, duas instituições abrangiam este conteúdo abordando em disciplinas diversas, uma instituição apresentava a Ética Profissional como disciplina obrigatória na grade curricular com carga horária de 45 horas, e outra possuía a disciplina denominada Ética na grade curricular obrigatória com carga horária de 40 horas. Assim, percebe-se que o tema de responsabilidade civil do professor de educação física não é abordado na formação inicial, conforme assinala Oliveira (2015) ao afirmar que para o professor de educação física ainda não se tem cursos voltados para a responsabilidade civil e isso, infelizmente acaba interferindo na boa atuação do professor, pois estar ciente das suas responsabilidades civis é de extrema importância para seu desenvolvimento profissional, bem como, ter conhecimentos do Código de Ética e no Código Processual de Ética da sua profissão. São, portanto, conhecimentos essenciais para a sua prática pedagógica e que influenciam diretamente na sua postura docente e na busca da segurança dos alunos nas aulas.

CONCLUSÃO

Conclui-se que não só o professor de educação física, mas também, toda a população acadêmica deve estar ciente de seus direitos e deveres e de sua postura de acordo com a ética profissional, embasamento este que deve ser feito com a inserção destas temáticas na grade

curricular da formação inicial, fazendo com que o egresso saia da instituição formadora com conhecimentos específicos destas temáticas e suficientemente capacitados para a atuação profissional.

A principal intenção deste estudo foi analisar se na formação do professor de educação física há a inserção de conceitos sobre responsabilidade civil e da ética profissional. Dentre os PPC's analisados, observou-se que nenhum abordava a responsabilidade civil do professor de educação física em sua grade curricular. Quanto à ética, constatou-se que, das 4 instituições estudadas apenas duas tinham este tema como disciplina obrigatória, enquanto que as outras duas instituições apenas abrangiam a ética como conteúdo disperso em outras disciplinas. Com isso, percebe-se a necessidade que estes temas sejam inseridos na formação inicial com a finalidade de oferecer condições para o professor de educação física atuar com conhecimento sobre seus direitos e responsabilidades, e assim, atuar com segurança, evitando episódios que ensejem indenização.

No entanto, faz-se necessário a produção de mais pesquisas com esta temática para um maior aprofundamento sobre a formação acadêmica do professor de educação física bem como a sugestão de ampliação deste estudo através na análise de Projetos Pedagógicos do Curso não só das licenciaturas presenciais, mas também as licenciaturas em Ensino a Distância (EaD) em educação física e, ainda, verificar o conhecimento do profissional de educação física licenciado a respeito de suas responsabilidades, direitos e deveres, gerando, assim, uma ampliação nas informações e abrindo novas possibilidades de pesquisas.

REFERÊNCIAS

BISTENE, M. E. B. A responsabilidade civil do profissional de Educação Física nos estabelecimentos escolares. 2009. 79 fls. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

BRASIL. Decreto-Lei n 4.657, de 04 de setembro de 1942. Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del4657.htm> Acesso em 14 out 2017.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: Educação Física / Secretaria de Educação Fundamental. Brasília : MEC / SEF, 1998.

CÓDIGO DE ÉTICA DO PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA. RESOLUÇÃO CONFED nº 254/2013 de 20 de junho de 2013. Disponível em: <http://www.confed.org.br/extra/resolucoes/conteudo.asp?cd_resol=326> Acesso: 14 out 2017.

DARIDO, S.; RANGEL, I. Educação física na escola: implicações para a prática pedagógica. – 2.ed. – Rio de Janeiro : Guanabara Koogan, 2014.

GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LAKATOS, E.V; MARCONI, M.A. Fundamentos de Metodologia Científica. 5 ed. São Paulo : Atlas 2003.

MELO, C. B. C. M; FREIRE, E.S. Responsabilidade civil e educação física escolar. Revista eletrônica de educação física e desporto- UFRJ, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 8- 29. Junho, 2009.

NEIRA, M. G. Educação Física: desenvolvendo competências. São Paulo. 3 ed. Phorte, 2009.

OLIVEIRA, J. A. P. Responsabilidade Civil do Profissional de Educação Física. 2015. 52f. Monografia (Graduação em Educação Física) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, 2015.